

# Sarney pode ir à Justiça por mandato

**CARLOS CHAGAS**

Discretas sondagens foram e continuam sendo feitas pelo Palácio do Planalto com juristas de renome e com ministros dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal: o que acontecerá caso a Assembleia Nacional Constituinte, em novembro, venha a fixar em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, marcando eleições presidenciais para 1988?

Estaria criado um impasse institucional, e o governo, cautelosamente, prepara-se para a hipótese de precisar enfrentá-lo. Afinal, o presidente José Sarney já estabeleceu e declarou, em pronunciamento público, que permanecerá cinco anos no exercício de seu mandato. Foi eleito para um período de seis anos, disposto na atual Constituição, e admitiu abrir mão de um, por negociações políticas. Não aceita, porém, a redução para quatro anos.

Haveria um confronto, e como resolvê-lo? A maioria das pessoas consultadas pelo governo, de modo informal, e por um consultor, acredita que o Supremo Tribunal Federal teria de ser chamado a se pronunciar. O Executivo, julgando-se lesado em seus direitos, formularia a questão, esperando ter os cinco anos de mandato garantidos por decisão da mais alta corte nacional de Justiça.

Segundo se ouve, a tendência maior dos juristas até agora ouvidos surge em favor do ponto de vista de Sarney. Ele teria o direito de permanecer cinco anos no poder, ou até seis, se quisesse, porque a atual Constituição assim dispõe, e é a mesma que forneceu base para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Em outras palavras, a Constituinte não poderia ter sido convocada não fosse a atual Constituição, ficando evidente uma espécie de su-

bordinação daquela para esta, que por isso não seria tão soberana nem tão livre.

Mas tem mais, no rol das preocupações do governo. Caso o STF se pronunciasse em favor dos cinco anos para Sarney, como se comportaria a Assembleia Nacional Constituinte? Acataria a decisão ou levantaria a tese de sua soberania e de sua liberdade absolutas, diante das quais o próprio poder Judiciário precisaria curvar-se? O impasse, assim, mudaria de interlocutores, pois, para garantir direito e sentença, Executivo e Judiciário precisariam apelar para o poder militar. As Forças Armadas seriam chamadas para sustentar a decisão, o que elevaria o confronto a outro nível. Depois disso não haveria mais Assembleia Nacional Constituinte, e nem nova Constituição, caso um de seus dispositivos tivesse de ser descumprido por ação castrense.

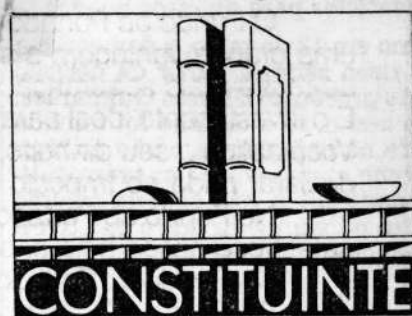
Não se trata de uma tragédia grega, nem de um capítulo de sinistrose que se apresenta aqui, mas apenas de hipóteses sobre as quais o governo se debruça hoje, à maneira dos estados-maiores que têm por obrigação preparar a análise de todas as alternativas possíveis. Essa é uma delas, apenas. Das as consultas, como daí, também, o sigilo com que têm sido feitas.

É claro que, no plano político, o governo espera não precisar chegar a esses extremos. As expectativas oficiais são de que o confronto com a Assembleia Nacional Constituinte não acontecerá. Julgam os principais assessores palacianos estar em vias de consolidar-se razoável maioria parlamentar capaz de garantir os cinco anos para o presidente Sarney no texto da nova Constituição. Isso resolveria tudo e eliminaria a possibilidade de impasse.

O problema é que, do lado de lá da praça dos Três Poderes, deputados e senadores também se preocupam com o futuro. Ainda ontem o ex-ministro Delfim Netto revelava a existência de um sentimento latente na maioria dos constituintes. Coisa que ninguém declara de modo aberto, mas nem por isso menos real: continuando a inflação galopante, a alta desmesurada do custo de vida e o malogro da política econômico-financeira do governo, não haverá força humana capaz de levar deputados e senadores a decidir contra a opinião pública. E a opinião pública, diante do caos, exigirá eleições presidenciais diretas no ano que vem, ou seja, quatro anos para o presidente Sarney. Talvez até menos, pois ele não afasta a possibilidade de, nas disposições transitórias da nova Constituição, ser incluído artigo marcando eleições para três meses depois da sua promulgação. Para março ou abril de 1988, bem antes de novembro.

Mesmo cuidando dos capítulos econômicos da nova Constituição, Delfim encontra tempo para incursões nas áreas política e institucional. Teme os resultados de uma eleição presidencial realizada no ano que vem, sob a pressão das críticas generalizadas da sociedade diante do governo. Leonel Brizola poderia assustar. E até vencer, o que jogaria o País na pior de suas crises, antevendo golpes e de inusitados. Pessoalmente, Delfim reconhece, não terá como deixar de votar pela antecipação das eleições, caso o governo Sarney permaneça sem solucionar as dificuldades econômicas e sociais. Depois disso, será encontrar um candidato em condições de sensibilizar democraticamente a Nação, ou, no reverso da medalha, esperar o pior. Até o nasserismo...

Brasília/Agência Estado



## Esquerda, 'boa de galeria e ruim de voto'

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP), da direção nacional do PMDB, da corrente moderada, acha que a nova Constituição refletirá a vontade do eleitorado que enviou a Assembleia Constituinte maioria de centro. Segundo o parlamentar paulista, "as esquerdas são boas de galerias, mas ruins de votos".

Ao seu lado, mais conciliador, o principal líder do "centro democrático" do PMDB, deputado Expedito Machado (CE), afirmou que todas as facções do partido terão de negociar "sobre tudo, em todas as matérias, nas oito comissões temáticas".

"No PMDB, nenhum agrupamento, isoladamente, tem condições de impor sua vontade. Nós, do 'Centro Democrático', reconhecemos isso e estamos abertos às negociações", disse Expedito Machado.

Cardoso Alves, ao ser perguntado se a pressão da sociedade poderia modificar os votos dos constituintes, respondeu que a opinião pública já se manifestou a 15 de novembro do ano passado, "elegendo uma maioria moderada para elaborar a nova Constituição".

Para Expedito Machado, as negociações no PMDB devem ser coordenadas pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães — ouvidas as lideranças formais. "O presidente é que deve chamar os vários grupos e perguntar: vocês concordam com isso, com aquilo?"

Sobre o mandato de cinco anos para Sarney, o deputado cearense reafirmou que o grupo defende a duração de cinco anos, não afastando a hipótese de a matéria ficar para definição posterior, no capítulo das disposições transitórias. "Não estou admitindo, mas se quero negociar, não posso fazer discriminações. Negociação sem concessões seria preconceito, imposição".

Os moderados do PMDB, à exceção de Cardoso Alves, acreditam em acordos envolvendo até o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney. Para Cardoso Alves, "a Assembleia Constituinte não tem poderes para questionar o mandato do atual presidente da República".

Os principais líderes moderados acreditam que o novo sistema de governo não será nem parlamentarista, nem presidencialista — ficará no meio. Um deles explicou que seria mantido o presidencialismo, com o fortalecimento do poder de fiscalização do Congresso.

## Como acabar com o ócio?

Agora, cessados os trabalhos das subcomissões e comissões da Assembleia Constituinte, quase 500 parlamentares vão ficar sem ter o que fazer por longo período. Para evitar essa ociosidade, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) quer que a Câmara dos Deputados funcione com mais frequência. Ela encaminhou, ontem, à Mesa da Constituinte, proposta de alteração do Regimento Interno estabelecendo que, se não houver assunto em pauta nas sessões da Constituinte, sejam realizadas sessões da Câmara. Atualmente, a Câmara só se reúne ordinariamente uma vez por semana, às segundas-feiras; e, eventualmente, menos de uma vez por semana, convocada para votar projetos de lei do Executivo considerados urgentes.



## 'Covas intimida quem não quer comunizar'

O deputado gaúcho Mendes Ribeiro acusou ontem o líder de seu partido, o PMDB, na Constituinte, senador Mário Covas, de estar tentando intimidar quem se opõe à "comunização" no Brasil. Usando palavras duras, o parlamentar, jornalista profissional, disse que Covas poderia ser o líder de todos, mas terminou por transformar-se no líder de uma facção, composta, segundo ele, por "falsos esquerdistas que pintam o quadro do quanto pior, melhor".

"É tempo de o Brasil ficar sabendo que a Constituinte é composta por homens livres, que não aceitam os freios impostos por meia dúzia, que querem pôr um colegiado qualificado como este a serviço apenas de seus interesses pessoais", comentou, irritado, Mendes Ribeiro. Membro, desde a primeira hora, do grupo de moderados, de centro, na bancada do PMDB, o constituinte defende-se da acusação de que seu grupo tem idéias não condizentes com o programa do partido. Segundo ele, "nosso movimento não é de direita, não está identificado com esta ou aquela corrente específica nem quer ser adjetivado. Não gosto nem desta expressão 'centro democrático'. Prefiro a definição de 'frente democrática'. Nosso único ideário é que um democrata não pode sair de uma ditadura para construir uma pior, rasgando regimentos, impondo relatores, desconhecendo a maioria, decidindo relatórios em reuniões secretas, nas quais decisões já votadas em subcomissões são simplesmente jogadas no lixo".

O constituinte gaúcho ficou irritado com o fato de tudo o que foi derrotado nas subcomissões haver voltado nos relatórios das comissões e denunciou que a facção esquerdista do PMDB "faz oposição apenas nas manchetes, pois, no Diário Oficial, ela é a própria situação". Segundo ele, há uma tentativa de transformar em heróis esses deputados, que

fazem oposição nas manchetes e situação no D.O, enquanto se tenta pintar os liberais como inimigos do progresso e comprometidos com idéias de direita. "Na verdade, esses esquerdistas não resistem nem mesmo a uma piscina de fundo de quintal. Basta acompanhar o padrão de vida de cada um deles."

Mendes Ribeiro, em entrevista ao Estado atribuiu essa "tentativa de mistificação do grupo esquerdista do PMDB" como uma reação ao trocado dado pelos liberais tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas votações dos relatórios nas subcomissões. "Estão tentando ludibriar o povo com pseudoconquistas sociais, encaixadas em relatórios encomendados", ele atacou. E lembrou: "Tancredo Neves foi o consenso e jamais consenso pode ser confundido com radicalização, seja à direita, seja à esquerda. Quando se radicaliza à esquerda ou à direita, foge-se ao espírito de Tancredo Neves, o mesmo que galvanizou o Brasil. A 'frente democrática' é o PMDB de Tancredo Neves, que luta por avanços sociais, mas não quer a guerra civil; que deseja conquistas trabalhistas, mas não faz confusões; um PMDB redistributivista, mas jamais comunizante. Nosso PMDB quer o Estado a serviço da sociedade e não a sociedade escrava do Estado".

Mendes Ribeiro também comentou a tentativa de Ulysses Guimarães de recriar o voto de lideranças substituindo o voto da bancada. E garantiu que nenhum líder do PMDB está autorizado pelos seus 325 mil eleitores a representá-los na Constituinte. "A liderança de um constituinte é simplesmente indelegável. Cada líder é eleito para uma missão específica. Essa proposta do presidente do PMDB é tão absurda como essa tática de criar pequenos conselhos acima do único grande conselho, que é o Congresso Nacional", disse.



Cardoso Alves é contra a reforma agrária "ideológica"

## PMDB, dividido pelas diferenças ideológicas

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

As divergências de caráter ideológico dentro do PMDB estouraram ontem, no plenário da Constituinte, num debate entre os deputados Domingos Leonelli (BA) e Roberto Cardoso Alves (SP), quando o primeiro disse que nenhum peemedebista tem o direito de ficar contra a reforma agrária, e o segundo afirmando ser contra "uma reforma agrária ideológica".

Leonelli começou aplaudindo o líder da bancada, Mário Covas, por ele defender um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, mas ressaltando que isso não deve fazer com que o partido deixe de observar seu programa "escrito e não escrito". "Isto — acrescentou — não concede a nenhum dos nossos relatores, nem a nenhum membro do partido, o direito de ficar contra a reforma agrária, contra a estabilidade no emprego, contra a nossa tradição nacionalista."

A seu ver, os que são contra, dentro e fora do PMDB, "são os mesmos que querem cinco anos para o presi-

dente Sarney". E, citando artigos publicados na imprensa pelo atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, afirmou que "o centro é o nome da direita".

"Quero, de certa forma, complementar esse discurso maniqueísta do deputado Domingos Leonelli" — disse, a seguir, Roberto Cardoso Alves, acrescentando que "sua posição inflexível choca-se com a alma nacional, sempre transaccional, sempre cordial. Para ele, tudo o que não for esquerda é direita. Tudo o que não concorda com Stalin, com Fidel Castro, é posição de direita, passa uma esponja no centro".

Cardoso Alves declarou não ser contra a estatização, quando ela supre lacunas da iniciativa privada. E defende a empresa privada como fator de desenvolvimento, "como ocorre no Japão, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Alemanha, e não ocorre em Cuba, na China, na Albânia, na Nicarágua, na Hungria, que são países paupérrimos perto deste país".

"O PMDB do deputado Cardoso Alves é o PMDB da UDR, não o meu PMDB", rebateu Leonelli.

## Delatar, a vingança dos petistas

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

Os constituintes que votarem contra as propostas que favorecem os trabalhadores terão seus nomes e as emendas que recusaram divulgados em todo o País já na segunda-feira. A ameaça é da direção nacional do Partido dos Trabalhadores que, com esta estratégia, espera garantir a aprovação das 50 emendas apresentadas ao substitutivo do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão de Ordem Social. O PT espera, assim, restabelecer as idéias que constavam do anteprojeto da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, em parte excluídas do substitutivo de Almir Gabriel.

O esquema está sendo coordenado pelo representante do PT na Comissão de Ordem Social e vice-presidente da CUT, deputado Paulo Renato Paim (RS), junto com o DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — as centrais e confederações estaduais dos trabalhadores. Paim está também mobilizando as representações dos trabalhadores de todo o País para participarem, neste final de semana, da votação das emendas apresentadas ao substitutivo de Almir Gabriel. Ele acredita que conseguirá lotar o plenário.

Segundo Paim, o relator da Comissão de Ordem Social não manteve os compromissos assumidos previamente com o PT, simplesmente retirando ou alterando para pior os itens aprovados por ampla maioria da Subcomissão dos Trabalhadores. "As mudanças foram além do que esperávamos", disse ele, citando como exemplos de maiores retrocessos a parte referente ao direito à greve, à estabilidade plena no emprego, às aposentadorias, ao contrato de experiência no trabalho, e aos direitos para os empregados domésticos.

A estratégia do PT, segundo seu representante, é garantir o máximo de avanços na Comissão de Ordem Social, para ter poder de negociação até a fase de plenário. "Se este relatório sair muito moderado, o que temos pra negociar mais adiante?" Indagou Paim.



Expedito, sem mandato

## O TSE tira Expedito da Constituinte

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

Inconformado com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, por seis votos a zero, anulou antontem à noite 2.700 dos 12.300 votos que recebeu na eleição do ano passado, reabrindo-o do exercício do mandato e transformando-o em primeiro suplente, o deputado Expedito Júnior, do PMDB de Rondônia, entra amanhã com recurso no Supremo Tribunal Federal pedindo que sejam considerados válidos pelos menos 501 votos. Entretanto, assume seu lugar o deputado Arnaldo Martins, também do PMDB, que já estava em exercício, como suplente na vaga deixada por Chaves Neto, nomeado secretário de Obras de Rondônia e que, por isso, deixou a Constituinte dia 24 de março.

Expedito Júnior registrou sua candidatura do TRE de Rondônia com o nome de "Júnior", que usava como vereador e professor. No entanto, 20 dias antes do pleito, o tribunal decidiu que ele não poderia usar esse nome na cédula de campanha. Ainda assim, recebeu 2.700 votos identificados apenas com o "Júnior", em região onde é bem votado. Diante disso, o candidato Oliveira Júnior, da coligação PDS-PFL, entrou com ação na Justiça pedindo a anulação desses votos — Oliveira teve apenas 207.

O TRE Rondônia deu ganho de causa a Expedito, mas somente em relação a 501 cédulas eleitorais, suficientes para lhe assegurar a eleição. Mas o primeiro suplente de seu partido, Arnaldo Martins, entrou com processo no TSE e conseguiu a anulação de todos os votos dados a "Júnior". Agora, se Expedito tiver sucesso em seu recurso ao STF, continuará no exercício do mandato. Caso contrário, permanecerá como primeiro suplente.

Como suplente, Expedito ocupará a vaga de Chaves Neto, desde que não procedam as notícias de que ele vai deixar a secretaria e retornar à Constituinte. "No dia do meu aniversário, recebi de presente a minha cassação. De mais novo constituinte (tem apenas 24 anos), tenho agora o título de mais novo cassado" — desabafou Expedito Júnior. Se obtiver a revisão do STF, Expedito retoma o lugar ontem ocupado por Arnaldo Martins, que tem apenas mais quatro votos.